SERVICO

MOVIMENTO

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 8 - 14 JAN. 1975 (Quinzenal)

Preço 2550

5.* DIV. EMGFA

DISTRIBUIDO POR

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDRO-GRAFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

Editorial

SANEAR A VIDA PORTUGUESA

O ano de 1975 será um ano de profunda reestruturação da sociedade portuguesa.

Torna-se necessário que em todos os sectores seja encontrada a resposta adequada à construção do País que queremos. Resposta encontrada em liberdada. Liberdade que significará intransigência com processos sedimentados ao longo de anos e anos de utilização da força e da mentira contra os interesses do Povo Portruçõe.

Sabemos que a liberdade é a necessidade tornade consciência. E sabemos bem que em muitos lugares da nossa terra não será possivel ultrapassar a situação de deficiente esclaracimento civico e as dependências económicas, sociais e mentais, de modo a obter, desde já, uma criativa participação de todos os portugueses na construcão do País.

Temos igualmente experiência dos efeitos profundamente negativos de um regime político como o anterior na capacidade política das camadas da população mais favorecidas económica e socialmente.

Atentos a estas dificuldades, impõe-se um esforço bem determinado para concretizar o programa que o M. F. A. apresentou á Nação em 25 de Abril. Esforço que, nas palavras lúcidas do Presidente de República, afirme prudência. ousadia. firmeza.

Prudência, amplamente justificada pela complexa compuntura nacional e internacional em que navegamos Ousadía e firmeza, para consolidar as vitórias já alcançadas e encaminhar o País decididamente na procura e realização de uma sociedade onde a justiça social não seja uma promessa mas uma realidade vivida.

A substituição de estrutures corruptes, degredades, depauperadas, é um passo decisivo na vida portuguesa. O saneamento da vida pública (e privada) corresponde a uma necessidade fundamental de que todos temos consciência.

Não se trata, epenas, de afastar homens por os conhecermos comprometidos com o regime fascista. Os crimes cometidos por esses homens serão julgados com a firmeza que a dimensão de afronta feita ao povo portugués exige. Além disso, interessa e é urgente uma eficiente reestruturação dos quadros e dos serviços que permita programar e efectivar as medidas necessárias ao progresso do País.

A Administração Pública não poderá ser dirigida nos escalões de decisão por homens que transigiram com sistemas anteriores. Tal meio significa que o seu trabalho e as suas qualidades não tenham interesse na reconstrução do País. Porém, esses homens, embora ideologicamente não fascistas, não reúnem as condições psicológicas e socio-políticas indispensáveis a quem vai determinar as profundas reformas que o País necessita. Não basta dizer-se democrata, é preciso ser revolucionário, para que um português encontre dentro de si a energia e a vontade para tarefa de tal envergadura. Apenas colocando nos postos de decisão elementos interessados numa profunda reestruturação da vida portuguesa será possível reorganizar os serviços, aproveitar a capacidade dos técnicos e interessar no processo todos os trabalhadores.

O saneamento implica o afastamento dos indesejáveis, a reconversão dos trabalhadores por níveis

(Continua na pág. 6)



O M. F. A. E O ACTUAL PROCESSO POLITICO

Em 25 de Abril o M. F. A. apareceu à luz do dia, revolucionando a vida política e social portuguesa e apresentando ao país um programa revolucionário, que foi amplamente apoiado e referendado pelo povo.

O processo revolucionário iniciado em 25 de Abrillinão acaba nem podi acabar com as eleições para a Constiturite, o Programa do M. F. A. é nisto bastante claro, ao alfirma no seu ponto 3 a) que "o período de excepção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa"; isto significa que até lá e portanto durante todo o ano de 1975 a direcção do processo compete ao M. F. A.

Não deverão as actuais forças politicas atribuir às elecíões para a Constituinte um significado diferente daquele que elas verdadeiramente tim. As eleições serão um acto político significativo, como um dos primeiros passos do povo português na aprendizagem de democracia, elas servirão objectivamente para o povo escolher os homens que irão elaborar a Constituição. Podía o M. F. A. ter decidido nomear ele, essas pessoas; não o fez porque pretende que o povo português comeco e mais depressa possível a trilhar verdadeiramente um caminho democrático.

Apesar de toda a vontade e desejo de caminharmos o mais rapidamente possivel para a democracia, não podemos confundir desejos com realidade e não podemos portanto pretender que as eleições sirvam para a definição de linhas políticas que distorsam os objectivos determinados no programa do M. F.A. ou para uma reformulação do governo, porque isto são atribuições do M. F.A. de que ele não poderá abdicar enquanto durar o processo revolucionário, sem trair a responsabilidade que assumiu e a confianca que o povo nele decositiou.

Se em qualquer altura são sempre de condenar todas as manobras eleitoralistas e a caça aos lugares, no nosso caso concreto, uma política no sentido "eleitoralista" é Indice de não se ter compreendido, ou de se estar mesmo fora do processo revolucionário.

As eleições não vão encontrar as soluções para os grandes problemas nacionais, essas soluções, poderão encontrar-se pela verdadeira inserção das forças políticas progressistas no processo revolucionário e pela sua

colaboração franca e aberta com o M. F. A. em todas as medidas de carácter revolucionário que seja necessário

Na actual fase da vida política portuguesa, são inconvenientes e podem ser nocivos todos os procedimentos que pretendam defender interesses pessoais ou partidários em prejuízo do interesse geral e da unidade das massas trabalhadoras.

Fizemos o 25 de Abril para acabar com o fascismo e para trazer ao nosso povo a liberdade e melhores condições de vida e trabalho, para isto, nos batemos, para isto arriscâmos a vida e para isto continuaremos a arriscâ-la; não nos podemos esqueere que para alcançar os objectivos propostos é indispensável a continuação do processo revolucionário, ainda com maior vigor.

Apesar de uma certa inexperiência política temos a consciência das grandes dificuldades e dos obstâculos que nos aparecem no caminho da libertação do povo português do colonialismo, do fascismo e do subdesenvolvimento; temos consciência da pesada herança que o fascismo nos delivori.

Por isso não podemos aceitar que forças políticas bem mais experimentadas, não se apercebam dos verdadeiros problemas nacionais e não compreendam que só através da unidade das forças progressistas e da unidade do povo trabalhador eles se poderão resolver.

O M. F. A. através da campanha de dinamização cultural e esclarecimento político, levado a cabo pelas F. A., tem recebido sempre a confirmação, de que continua a interpretar fielmente as aspirações e anseios mais profundos do povo português. Seguros deste dado fundamental continuaremos a desenvolver todo o nosso esforco, para reforçar cada vez mais a unidade do se N. a unidade do povo e a unidade f. A. — POVO, neste sentido permitiremos que se verifiquem redidas ou manobras políticas com redidas ou manobras políticas com interales de povo e do país, tendentes a dividir o povo trabalhador e separá-lo das Forcas Armadas. Faremos todos os esforcos escríficios necessários à unidade das classes trabelhadoras, combateremos obcas as medicatas endentes, a dividir las colas as medicatas endentes, a dividir las contesas comedicatas endentes a dividir las contesas esta de dividir las contesas esta de a dividir las contesas esta de dividir las contesas esta de dividir las contesas esta dividir las contesas esta de las estas esta de las estas esta de las estas esta de las estas estas esta de las estas estas esta de las estas esta

Após o 25 de Abril as F contraram a sua dignidade, reencontraram o seu povo, neste momento podemos considerar que são o braco armado do povo e estão prontas não só a defendê-lo contra qualquer agressão, como lado a lado com ele estão ensaiando os passos que nos levarão à Democracia e à verdadeira Indepen dência Nacional. As F. A. e o seu mo vimento trabalham abnegadamente para que se alcancem os objectivos nacionais de democratização política e económica, descolonização dadeira independência. Disso iá deram provas e continuam a dá-las diaria mente, sacrificando muitos momentos de descanso e por vezes a própria família. Temos a consciência da extraordinária responsabilidade que assumimos perante o povo, e da total confiança que o povo em nós deposi tou saberemos assumir a nossa responsabilidade e sermos dignos dessa confianca, que nos dá forças para aumentarmos a nossa firmeza e de terminação à medida que aumentam as dificuldades e obstáculos

Sabemos que as Forças Armadas estão à altura da sua missão funda-

(Continua na pág. 6)

Neste número:

- Mensagem de Ano Novo do Presidente da República
- * A Conferência de Imprensa da C. C. P. do M. F. A.
- * Agricultura: uma questão em foco
- * Poster de João Abel Manta

200400

492\$00 3 737\$00 2 474400

3 162900

2 397400

7 000100

201800

1 597950

1 850100

245\$00 177\$50 523\$00

4 033400

1 565480

4 945400

NOTÍCIAS DO M.F.A. NOTÍCIAS DO M.F.A. NOTÍCIAS DO M.F.A.

FORCA AFREA

A Assembleia de delegados reuniu-se no passado dia 21 de De zembro. Presentes o C. E. M. F. A general Mendes Dias e o general Freire da J. S. N. além dos delegados de to

das as bases e serviços da Força Aérea. Num ponto prévio foram apresentadas algumas moções, nomeadamente uma sobre o processo de descolo nização em Cabo Verde. Grande parte da reunião e depois de uma exposição do C. F. M. F. A. debateu-se a consti tuição da delegação da Força Aérea à Assembleia do M. F. A. Na parte final da reunião o major Canto e Castro, conselheiro de Estado e membro da C. C. P. fez uma exposição sobre vários aspectos da actual situação portu-

EVÉRCITO

Dia 21 de Dezembro realizou-se na ede do M. F. A. (I. A. E. D. N.) mais uma reunião do Conselho do Exército.

> ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DO M. F. A.

Como la foi largamente anunciado ealizaram-se duas reuniões da Assembleia de Delegados nos dias 28 in Hezembro e 3 de Janeiro.

M. F. A. EM TIMOR

Foi eleita a Comissão Coordenadora Foi eleita a Comissão Coordenadora do M. F. A. de Timor; na reunião foi aprovado por aclamação um voto de confiança e apoio à Comissão Coor denadora de Lisboa

M. F. A PRESENTE

No passado dia 22 de Dezembro uma delegação de oficiais do M. F. A. assistiu, a convite, ao Congresso do Movimento da Esquerda Socialista (M.

DONATIVOS PARA AS FORCAS ARMADAS

Continuamos hoje a publicação da lista dos donativos recebidos:

Proprietários e Pessoal da Quints de D. Rits — Santisgo do Cacém.
Empregados da Firma Cassiano Alves Bandeira — Gols
Pessoal da Múves Dino — R. Maria Maros — Ramade — Odivelas

Comissão de Oberários Companhia José Matise Pires de Sous Vaz.
Trabalhadores de Firma Tindade à Filhos L de — Aveiro

Trabalhadores de Eduardo Barbosa Soares — Culinto de Marchanta — Poro
Trabalhadores de Eduardo Barbosa Soares — Culinto de Marchanta — Poro
Huge — Caresco — Aveiro — Culinto de Marchanta — Poro
Empregados de Firma Sociedade de Fazendes L.d. — R. Viscondes da Luz. 74

Combra. — Coimbra. Trabalhadores da Firma Irmãos Sousa Lima, L.da — Quinta de S. José, 13. . António F. Palma do Rosário — Praceta Herôis do Ultramar, Lota 2, r/c Dt. Antonio F Palma do Rosaño — Praceta Herbis do Ultramar. Lota 2, r/c Dt. —
Loures — As Firma João Pareira do Oliveira Amortim — Delišes — Vila
Final Delis — Porto — Delis — Vila Nova de Gala — Porto
Pessoal da Firma Garo T C * Lda — Vila Nova de Gala — Porto
Pessoal da Firma Ferra — Aparado 4 — Fivueira da Forto
Pessoal da Firma Ferra — Aparado 4 — Fivueira da Forto
de Novada — Familia Color — Porto
João Antonio Saraño — Largo de Iurgia, 47 — Figueira da Fort
Operátrios de Emrana — Largo de Irma Fábrica de Curtumes Sial — Apartado 2
— Operátrios de Empresa Carlos Gomes do Oliveira Caveda — R. Nova da Fapa-

Jose Antholo Service - Republic Service - Republic

Foz de Trabalhadores da Firma José Esteves Fiadeiro, L.da — Teixoso -vilhã

IMPRENSA MILITAR



SENTINELA VOUGA e jornal de R. I. 10

O Regimento de Infantaria n.º 10 de ro tem como boletim informativo SENTINELA DO VOUGA Do nº 1 (2.* Série), de Dezembro transcrevemos o artigo intitulado Especialmente para os Recrutas

ESPECIALMENTE PARA OS RECRUTAS

Na realidade portuguesa actual o Movimento das Forças Armadas desempenha um papel fundamental, que como é sabido, se veio igualmente reflectir na maneira como é ministrada

a Instrução aos Soldados Recrutas. O PAPEL DE INSTRUTOR OU MONITOR é agora mais importante que nunca: amparar os recrutas, aplanar-lhe as dificuldades, consciencializá-los para a ordem e disciplina, ensiná-los a respeitar as hierarquias, informá-los amiudamente dos fenómenos sociais, económicos e políticos que constantemente vão correndo

Por último, e isso não é o menos importante, compete ao instrutor e monitor ajudar os recrutas a interpretar enquadrar correctamente as berdades decorrentes do 25 de Abril, pois a visão distorcida e deturpada das mesmas os pode levar muitas vezes a tomar atitudes arrogantes e menos

A IMPORTANCIA DOS SOLDADOS RECRUTAS que vão a partir de agora inserir-se verdadeiramente nas Forças Armadas, é outro aspecto essencial Armadas, é outro aspecto essencial que se deve destacar. Essa importância desdobra-se fundamentalmente em duas linhas de força: VIGILANCIA E ESCLARECIMENTO.

VIGILANCIA, porquê? Por que é falsa esta frase que se ouve ultimamente dizer com insistência: "a guerra acabou". A guerra não acabou. Aca-bou sim, ou está em vias disso, a odiosa guerra colonial. Mas temos outra guerra. Aquela que dia a dia se vai tramando na sombra, que pouco a pouco vai tentando minar e escavar a fortaleza democrática construída com o 25 de Abril como aconteceu recente mente em 28 de Setembro. É necessá rio, pois, estarmos vigilantes; e todos vós que fazeis agora parte das Forças Armadas devereis saber pegar em armas se necessário for para que não voltem os salários de fome, a opressão, a exploração dos trabalhadores, os

crimes da P. I. D. E. e tantos outros terrores do antigo regime. Se for necessário travar outra querra

essa já será uma guerra justa, pois será para defender o povo, esse Povo de que nós fazemos parte. Uma Nação não node sobreviver independente mente e autónoma sem um Exército: calhou agora a vossa vez de fazer parte desse Exército, nesta altura em que lhe foi restitulda a dignidade que lhe tinha sido roubada durante 48 anos. Fazei tudo para que ela se não perca de no vo. Vós sois preciosos às Forças Armadas que é o mesmo que dizer que o Povo precisa de vós; Forças Armadas e Povo são uma e a mesma coisa, como duas faces de uma moeda que não se

A outra linha de força a que me referi

ESCLARECIMENTO porquê? Pois na vossa vida là fora, vòs podeis continuar a ser úteis às Forcas Arnadas e ao Governo Provisóri luta pela democratização do País. Como? Nas vossas vilas e aldeias, nos vossos empregos e ocupações, junto das vossas famílias e dos vossos amigos ajudando a destruir tantas e tantas ideias confusas tantos terrores infundados nos novos destinos do País. Ideias e terrores alimentados na major parte dos casos pela reacção, pelos saudosistas da naz nodre em que viviamos ou por aqueles que vêm amea cadas as escandalosas vantagens de que disfrutam.

"NAUTILUS" é o Boletim Informativo da Esquadrilha de Sub-marinos O n.º 2 de Dezembro de 1974, além de um editorial, insere noticiário sobre as comissões de bem-estar artigos de iniciação política, etc





Boletim do G. D. A. C. I. da Força Aérea, de que transcrevemos o artigo intitulado "A reacção não dorme



O movimento revolucionário do 25 de Abril pôs termo a uma determinada forma de governo que, intimamente ligada ao capital monopolista e ao imperialismo estrangeiro, oprimia e explorava o povo português

Derrubado esse governo fascista é muito natural que as classes pro tegidas pelo mesmo comecem organizar-se para que o processo de democratização, em que todos estamos empenhados, não consiga atingir os seus objectivos. As provas dessa organização da reacção já são numerosas e os seus objectivos bem definidos; o regresso às formas diteriores ao 25 de Abril.

Este último ataque organizado da reacção resultou numa brilhante vitória

das forças democráticas e do M. F. A. Quanto a nós esta última tentativa de contra-revolução foi um apalpar de terreno, um teste à unidade do povo com o M F A Saiu-lhes o tiro pela culatra. Mais uma batalha foi vencida mas, parece-nos que a luta continuará e assumirá formas mais duras. Temos que contar não só com o inimigo radicado no interior mas, inclusivamente com o apoio a todos os níveis que, o esmo receberá de potências imperialistas estrangeiras, interessadas em manter a sua dominação. Esteve sempre no espírito revolu-

cionário do 25 de Abril fazer a revolução sem que corresse sangue nos campos de Portugal. Esse ideal tem sido cumprido mas, como se pode concluir dos últimos acontecimentos, a reacção não olha aos meios para fazer vingar as suas posições.

É urgente que se continue a neutralizar toda essa acção contra-revolucio nária; que, se toma medidas enérgicas e decididas contra todos os inimigos e sabotadores do processo de democra-tização que estamos empenhados em levar a cabo quiados pelo Programa do M. F. A.; é, mais do que nunca, imperioso a unidade do Povo e de todas organizações democráticas com o M. F. A. e o Governo Provisório para que desmascare e derrube o verdadeiro inimigo da democracia em Portugal.

ASSINATURAS DO BOLETIM DO M. F. A.

ANUAIS

VIA ORDINÁRIA

Continente	65\$00
Ultramar e Brasil	68\$00
Estrangeiro	104\$00

VIA AÉREA

Ilhas Adjacentes	89\$00
Ultramar	161\$00
Espanha	89\$00
Brasil	177\$00
Países Europeus (excepto Espanha)	146\$00
Paises Não-Europeus (excepto Brasil)	213\$00

Os assinantes até ao dia 31 de Dezembro de 1974 têm direito à colecção completa desde o n.º 1.

PEDIDOS A

DISTRIBUIDORA «O SÉCULO» - Rua do Século - Lisboa

★ Os pedidos de assinatura do Boletim devem ser dirigidos Distribuidora "O Século". Rua do Século. 41 a 63.

MENSAGEM DE ANO NOVO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PAÍS

O Presidente da República, general Costa Gomes, dirigiu ao País a seguinte mensagem de Ano Novo:

Hoje é o Dia Mundial da Paz. Aparentemente, o conceito de Paz é de uma evidência tão natural que, desde logo, seria um tema exausto.

'Para o analisar comecemos por referenciá-lo em quatro planos fun damentaie

- A Paz interior do Homem consigo
- A Paz na relação entre individuos: A Paz entre os vários grupos
- A Paz entre os Povos do Mundo

"Teremos o primeiro ângulo da complexidade do tema

"Consideremos que do mistério da Vida sempre se insere uma marca dialactica nos conceitos humanos "O fenómeno existencial tende a

oscilar no quadrante cujos extremos limites são a Paz digna e a luta injusta Aqui reside um segundo ângulo da lexidade da Paz.

"Finalmente verifiquemos que Paz pode parecer um bem absoluto; mas que diriamos da Paz interior dos nomens marginais? Que diremos da Paz das relações explorador-explorado e da Paz social dos Povos oprimidos por extremismos totalitários?

"Nestas dúvidas assenta o fulcro maior da complexidade real do conceito de Paz.

"Como corolário haveremos de concluir

 A Paz é aspiração, é vocação imanente no Homem, quer no plano individual da consciência quer no sociológico das relações in tergrupais, quer ainda no plano debal das relações entre os Povos

- A Paz, no entanto, não é um dom natural como o ar que respiramos; a Paz defende-se e constrói-se com tra balho, compreensão, paciência, amortolerância, coragem, sacrificio e uma atitude critica de vigilância permanente para o nosso Mundo interior e para o Mundo exterior onde devemos ser causa e consequência de uma Paz autêntica

A Paz exige o esforço anónimo e permanente de cada um de nós e terá que se subordinar aos conceitos superiores do Bem e da Justiça ao servico do Homem e dos Povos

'Se as minhas palavras, a vossa buirem um átomo para a manutenção e sublimação da Paz em Portugal teremos celebrado bem este Dia Mundial da Paz.

'O dia de hoje é também a primeira página que se volta sobre o ano de 1974, onde a Revolução de 25 de Abril foi acontecimento grande nas Histórias de Portugal e do Mundo.

"O balanco imediato de 1974 é um co ingrato, mas teremos que o faze para tracar o rumo de 1975.

'Os jovens oficiais a quem devem o 25 de Abril ofereceram ao País um programa suficientemente gené para dar ao Povo ampla liberdade de scolha quanto ao esquema político a preparar

'Esta redacção genérica era in pensável, constituíu uma solução inteligente e sensata

'Como tudo na vida teve os seus inconvenientes Foi um testamento interpretado consoante os credos dos vários herdeiros da Liberdade que

"Tem sido a própria dinâmica da Re volução, o jogo das forças políticas, a formação acelerada de uma opinião pública politizada, a pressão de classes e grupos à procura da sua dimensão válida, que vem clarificando a situação política transitória

'A medida que o testamento do M. F. A. se foi e vai clarificando surgem os herdeiros descontentes, porque lhes não agrada a liberdade e a esperança oria dos seus irmãos.

"Encerrou-se em 1974 uma primeira fase de aprendizagem político-social em que o Povo português demonstrou alto civismo e revela capacidade para reconstruir uma sociedade, pela via democrática autêntica e livre.

Terminou o ano com alguns homens e correntes de pensamento oportunistas da liberdade, vendendo mitos e explorando as turbulências e desvios que provocam.

"Como saldo entendo afirmar ca tegoricamente que em oito meses se fi zeram experiências políticas e sociais ito válidas conduzidas por saídos do Povo e ao servico do Povo.

"O fenómeno descolonizador em que nos empenhâmos progrediu em bom ritmo: nem sempre se aproximou da rota idealista que sonharíamos, mas a inspiração e o talento político realista têm sabido imprimir-lhe um curso original mais fecundo mais humano e anteriores conduzidas com meios mui

'Angola constitui neste momento c problema mais complexo, o que nos exige mais carinhosa preocupação: tem dificuldades compreensíveis pela circunstância da sua vastidão ter originado várias correntes emancipalistas.

"Com a naciência, inspiração e boa vontade de todos os responsáveis po deremos rapidamente atingir uma situação de equilibrado ente uma plataforma firme para que o Mundo possa ver instituir-se grande país sem graves sacrificios do

ivo que o vivifica.

"Na democratização de Portugal a antidade e a essência da legislação saída é considerada pequena e tímida por uns excessiva e arriscada por outros; quererá isto dizer que se tenha conseguido um compromisso aceitável entre rapidez e ponderação, entre pecessidades de fundo e limitações de um Governo Provisório? Cremos que

"Criaram-se novos conceitos na vivência do mundo do trabalho, embora trabalhadores e empregadores, sin dicatos e associações patronais tenham muito que cooperar e melhora na definicão de relações mútuas mais dignas e mais fraternas, mais justas e mais iquais.

A Informação pública subitamente livre é um festival capitoso, uma fonte poderosa de força popular. Muito de autenticamente bom e livre irrompe da

"Homens das letras, dos sons e das imagens, leitores, ouvintes e espectadores, todos temos ainda muito aprender e progredir no sentido da utenticidade, da liberdade e do respeito mútuos necessários a uma informação ainda mais digna.

"A democratização do ensino timi damente aflorada no regime anterior, necessita de tantos meios materiais e humanos que irão levar anos a reunir

se não nos unirmos todos em esforco conjunto de recuperação.

'As medidas legislativas tomadas actuarão no campo da gestão, dos programas e da avaliação de de conhecimentos mas serão apenas uma primeira experiência-piloto no aspecto qualitativo de toda uma obra gigan tesca a alargar a todos os jovens do Portugal do futuro, sem distinção das respectivas origens.

Ministério, organismos, fessores, empregados e alunos quanto tereis a realizar para obter e aplicar os meios, a organização, a metodologia e programação adequados ao verdade Portugal? Quanta generosidade e paciência, diálogo e esclarecimento, para banir relações e comportamentos radicalizados pelo ambiente estéril do

"Não poderei esquecer outro sector

- "A alteração súbita das relações capital-trabalho, em busca do equilíbrio iusto ainda não alcancado, minaram a confiança dos investidores menos corainens
- tendência altista das térias-primas, nos novos níveis salariais, a falta de organização e de técnica a impreparação dos gestores ou radicados na distorção do mercado tudo se conjugará para liquida algumas centenas de empresas in viáveis num Portugal actualizado, e le vará seu tempo a criar alguns milhares de outras, mais úteis e necessárias.

'A recessão do turismo, a diminui ção das remessas dos emigrantes menos esclarecidos, a correria aos hancos a levantar o dipheiro que se entesoura inutilmente, tudo contribu nara diminuir os meios de investimento criação de novos postos de tra-

plano económico a publicar dentro de dias, algumas medidas de emergência, a coragem dos empresários e soetudo a vontade dos trabalhadores para trabalhar mais e produzir melhor, são indispensáveis para suprir uma crise que se agudizou desde Novembro de 1973

'Com o aumento dos níveis salariais mais baixos que permitirá a entrada de mais pessoas nos circuitos económicos, e com a redução contínua das despesas militares que permitirà timentos estatais mais dutivos, não é preciso ser profeta para prever que se vão criar condições para, dentro de dois anos, termos uma evolução económico-financeira nitida mente favorável, desde que saibamos criar um clima de confianca nas rela ções dos factores de produção.

"Tenho fé e esperança. Faremos um Portugal mais próspero com uma ri queza mais justamente distribulda

"A fechar o "balanço-1974", referirei o sector da política externa onde o saldo positivo da Revolução é franca mente alto, talvez espectacular. De um nvergonhado, folheando pergaminhos heróicos do passado, renasceu um Povo orgulhoso do seu presente, que a sociedade internacional olha com simpática expectativa. Éramos um País mal tolerado mesmo no Ocidente que diziamos defender, somos agora um País ao qual, sucessivamente, se vão abrindo as portas de todos os quadrantes do Mundo.

"Saberemos ser dignos de nós próprios, exigiremos os nossos legitimos direitos na sociedade internacional em relação à qual cumpriremos os deveres a que livremente

Vou terminar com um sentido anelo a todas as mulheres e homens do Povo a que pertenco.

"Vamos entrar num período económico difícil; sejamos sensatos e comedidos nos nossos exigências; sejamos eficientes e desmedidos nos trabalhos e esforc que nos couberem.

Vamos entrar num trimeetre eleitoral com o ansioso nervosismo participar pas primeiras eleições autênticas; sejamos serenos nas atitudes emocionais; procuremos autocrática do antigo regime, mas evi temos deslumbrar-nos com de pensamento demagógicas do presente; votemos esclarecidamente em partidos autênticos que nos provem a sua vocação de contribuir para uma democracia pluralista e livre.

'Vamos todos às urnas com sinceridade e recta intenção, minados a exigir sinceridade e recta intenção àqueles em quem votarmos.

"Para o nosso pais vão os meus desejos de toda a felicidade e pros-peridade possíveis em 1975."

AGRICULTURA: UMA QUESTÃO EM FOCO

O conceito de desenvolvimento tem de tomar-se de uma forma ampla que não se circunscreve, por essa razão, a uma simples expansão económica Desenvolvimento não significa apenas aumento quantitativo da produção; ele visa também e sobretudo a distribuição equitativa dos rendimentos e a larga participação da população e de todos os trabalhadores nas instituições económicas sociais e nolíticas

De certo modo pode afirmar-se que a mola real do progresso não só económico como também social cultural reside na industrialização. No entanto, ao contrário do que muitas pessoas pensam, não se pode subestimar o papel da agricultura no processo de desenvolvimento, princinalmente nos países como o nosso que não podem considerar-se como industrializados e onde o sector agrícola ainda ocupa posição relevante E ao fazê-lo é necessário verificar se a agricultura se acha estruturada de maneira a responder efectiva e convenientemente às exigências do desenvolvimento económico global. No caso negativo, a adopção de me-didas concretas e eficazes que levem à criação daquele condicionalismo assume posição prioritária. Hå palses onde uma relativamente

pequena percentagem da população agrícola controla uma parcela muito importante da terra arável. Esses grandes proprietários, da mesma forma grandes empresários capi talistas do sector, colhem os principais benefícios da actividade agrícola, de tendo por outro lado nas suas mãos. em consequência da sua própria posi ção social e económica, os restantes meios de produção: crédito agrícola assistência técnica, rede hidro-agrícola efectuada na major parte dos casos à custa da população, estradas, elec trificação, etc. Tudo isso se soma no poder que esses grandes proprietários e capitalistas têm no acesso a factores nodernos de produção e aos mercad nacionais e internacionais, reforcando ainda mais a sua posição socio-económica. Além de tudo isto, uma larga percentagem da população agrícola, composta principalmente de pequenos e médios produtores e de trabalhadores agrícolas, não encontra praticamente privada de terra arável (ou quando a têm é numa dimensão bastante exigua que mal dá para o seu sustento) como també não possue as vantagens e as possi bilidades dos grandes proprietários e dos grandes capitalistas agrários, como já se disse acima. Daí viverem esse camponeses na miséria. Daí igualmente a impossibilidade de desenvolvimento da agricultura e, por consequência, ta como fizemos notar atrás de toda a

economia. Em países onde se verifiguem circunstâncias deste tipo. alerta-nos O. Lange (1), cria-se a necessidade de realizar reformas na estrutura social da sua agricultura de modo a superar situações impeditivas do seu desenvolvimento. A reforma agrária, acrescenta mais adiante aquele economista, aparece como uma medida indispensável para o êxito de uma política de progresso

Se nos basearmos no Inquérito às explorações agrícolas levado a cabo no ano de 1968, constatamos que em Portugal a estrutura agrária apresenta características próximas das que se apontaram anteriormente. tivamente, cerca de 78 por cento do número de explorações tem menos de 4 hectares, ocupando apenas 15 por cento da superfície agrícola útil, enquanto que as explorações com mais de 200 hectares representam aproximadamente 0,5 por cento do to tal e abrangem perto de 40 por cento da área útil para a agricultura. A situação torna-se ainda mais gritante se se tiver em conta, tal como demonstraria a subdivisão da última de área incluída no quadro as explorações sequinte. que superiores a 1000 hectares ocupam, na verdade, mais de 20 por cento da nossa uperfície agricola útil

ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRICOLAS (2) Classes de área (ha) 0.05 - 1 - 20 - 200 mais de 200 % do total 38.6 18.8 0.4 % da superfície 2,5 12.4

Esta circunstância justifica a necessidade de se transformar a nossa es trutura agrária de maneira a criarem-se progressivamente as condições para uma repartição dos rendimentos de acordo com o trabalho produzido. São estes, entre outros, os objectivos de

uma autêntica Reforma Agrária que mais não é do que um conjunto de medidas que levem efectivamente à liquidação das relações de produção feudais, semifeudais ou quaisquer outras de tipo antagónico na agricultura, entre as quais se encontram as que resultam da estrutura da propriedade fundiária e da consete legislação sobre arrendamento rural. O peso de uma estrutura deste tipo — das explorações e da proprie-dade — não se sente apenas através da extensão relativamente importante das terras que estão nas mãos de grandes proprietários, mas também das injustiças que daí advém. Pejudicial no plano social este sistema não é o menos no plano económico: subutilização da terra, de que temos vários exemplos no Alentejo e em outras regiões do País, desvio dos rentos provenientes da sua ploração para circuitos que nada têm a com a produção agrícola nem com ela estão relacionados, utilização das rendas das terras em despesas de luxo ou em investimentos extra-agrícolas não-reprodutivos, etc.

Uma política de Reforma Agrária terá, pois, que ter em atenção, que os grandes latifúndios e limitar substancialmente as grandes explorações

(Continua na pág. 6)



A CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M. F. A.

No dia 31 de Dezembro a C. C. P., deu nos Altos Estudos da Defesa Nacional uma conferência de Imprensa.

Apesar dos diversos órgãos de informação terem dado larga cobertura ao acontecimento, transcrevemos na íntegra a conferência. Julgamos que este texto auxillará os militares a uma mais profunda reflexão sobre a opinião do M. F. A. sobre os vários aspectos da Vida Nacional.

O M. F. A. NÃO ENJEITA AS RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS, PERANTE O POVO PORTUGUES. A DEMOCRACIA NECESSITA DE SER AMPARADA E GARANTIDA

1.º GRUPO DE QUESTÕES

DIARIO DE LISBOA

— Certos sectores, ainda que surgindo com toda uma aparente sinceridade democrática, advogam e parecem desejar o regresso do M. F. A. aos quartés. Os meios mais reaccionários é isso que desejam. Pensa a C. C. P. que esse regresso poderá ser feito sem perigo do desmoronamento de todo o processo democrático?

A institucionalização definitiva do M. F. A. não será o único processo de garantir os objectivos do 25 de Abril?

 Quais os obstáculos que se opõem a essa institucionalização?

CAPITAL

— Após a formação da Assembleia Legislativa que, em princípio, poderá verificar-se em Outubro do próximo ano prevê o abandono, por parte do M. F. A., de uma actividade política circunscrevendo-se esta aos direitos dos seus membros como cidadãos? Em caso negativo, como se prevê que o M. F. A. possa inserir-se no quadro político nacional?

DIARIO DE NOTICÍAS

— Caso não se dê a participação na Constituinte, como vê a C. C. P. a possibilidade de continuar a intervir, como largos sectores entendem impôr-se, na evolução da situação política portuguesa em ordem à consolidação da democracia?

Segundo o Programa do M. F. A.,
a. J. S. N. deveria exercer a poder politico até à formação de um Governo
Provistrio Civil. De civil esse Governo
pessou parcialente a militar a la S.
N. N. preponderância que tinha loga
após o 25 de Abril, lugar que, gradualmente, foi cedendo ao próprio

M. F. A.

Qual é a opinião da C. C. P. quanto à
possibilidade de a nova democracia se
tornar frágil, se o M. F. A. se limitar,
após as eleciões, conforme já foi
anunciado, a uma actividade
puramente defensiva da integridade
nacional?

DIARIO DE LISBOA

 Ao longo destes 8 meses têm surgido diversas crises e a imagem que surge no exterior é de que, de tempos a tempos, aparecem organizações ou grupos que pretendem criar as condições necessárias à diluição do M. F. A. na hierarquia tradicional e numa pretensa legalidade. Esta imagem corresponderá a uma realidade?

RESPOSTAS

As perguntas feitas levam-nos a uma questão da maior actualidade que nos parece ser a síntese de todas as interrogações formuladas.

Qual o futuro do M. F. A.?

Antes de, de uma forma "seca", pretendermos dar imediata resposta, a
essas interrogações, interesas repensar
um pouco sobre a evolução que, sob
determinada óptica o processo sofreu
aotos 0.25 de Abril

Com a acção militar entilo decorrida surge à face do prôprio Movimento a definição dos órgãos de soberania. Essa definição des formula de participação de todo o M. F. A. Sabe-se que surgiram correntes e que sem divida, determinados sectores, embora minoritários remetiam-no, refermeno-nos ao movimento, aos quartéis, já que segundo esses esctores, a representatividade do M. F. A. ficaria a cargo da J. S. N. e da C. C. (P. (membros também do C. E.)

Fallavato em impresentatividade a bem, já que sesse membros teriam que ser fisis intérpretes do pensamento e vontade revolucionários, que inspirou larga camada de jovens militares. E estes logicamente teriam que por processo adequado fazer chegar as suas abrigações de calaboração, aos escalões executivos, seus representantes. O dinamismo do processo revolucionário exigia assim uma reestruturação do M. F. A. que institucionalizado, poderia ser o garante de todo o processo e lasgel- o a todas de todo o processo e lasgel- o a todas

as FA.

Só após o 28 de Setembro tal realidade foi compreendida e logo que eleita nova Junta de Salvação Nacional se iniciaram os trabalhos que breve conduziriam à institucionalização do M.

Surgem assim dentro do Movimento os órgãos já conhecidos como:

- O Conselho Superior do Movimento (20).

A Assembleia do M. F. A.
 Os Conselhos dos diferentes
amos, etc., etc.

Estavam agora criadas as condições para em conjunto os militares analizarem o curso dos acontecimentos políticos o que até então não tinha sido possível concretizar. Se atentarmos que do próprio programa se extraí que o sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectera na paz, o progresso e o bem-estra da Nação, e que se comprometia o M. F. A. como plataforma necessária garantir a adopção de medidas, todas elas expressas no programa, lógico seria que em consciência se procurasse fazer como que um balanço. Sem divida que muito de positivo e algo mesmo quase transcendente se operou.

Não obstante quanto a medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos:

Quanto a uma nova política econmica, posta ao serviço de Povo Português, em particular das camadas da população até agora máis desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista.

Quanto a uma nova política social que, em todos os domínios, será posta ao serviço do Povo Português, defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses.

Quanto a todas estas medidas dizíamos se apercebeu o M. F. A. de que para além de correcções introduzidas e dos esforços feitos, muito havia por concretizar, e assim, lhe cabia de momento a responsabilidade de como se disse se repensar e reforçar.

se disse se repensar e reforçar.

Paralelamente, ao 2.º Governo Provisório surgiam momentos de idênticas
interrogações e ajustamentos. Del o reforço de unidade dentro do Movimento, dai a consciencialização da
sua responsabilidade, dal a obrigatoriedade de ter de admitir tal como o
M. F. A. proclamou ao País:

 A obrigatoriedade de zelar pelas já referidas plataformas mínimas.

Esta a génese da questão.

Qual o futuro do M. F. A.?

A exposição já feita permite responder, agora com mais objectividade, aos problemas que nós consideramos fundamentais no grupo de questões apresentadas.

1. Institucionalização do M. F. A.

Consideramos que a institucionalização agora, ou mais tarde, do M. F. A., é problema de somenos importância.

A lei é fruto da prática, pois só assim, os decretos vertidos no papel, possuem a legitimidade real que os permite cumprir.

Portanto a institucionalização formal do M. F. A. é um fenómeno natural, resultante da própria dinâmica em curso.

2. Relações J. S. N.-M. F. A.

A J. S. N. é o órgão supremo institucionalizado pela Revolução.

Para actuar, necessita de estar permanentemente a par da vontade de quem o criou (o M. F. A.).

Esta a razão porque, a partir de 28 de Setembro, há uma ligação profunda e permanente da J. S. N. com o M. F. A. Continuação ou não do M. F. A. além do período pré-democrático que terminará cerca de Outubro próximo.

Nunca se pôs, nem nunca se porá a questão de terminar com o M. F. A. em qualquer momento. *Isto para o próprio M. F. A.*

O M. F. A. durará enquanto existirem Forças Armadas, porquanto estas estão-se transformando aceleradamente no M. F. A.

O Movimento das Forças Armadas é o mesmo que Forças Armadas em Movimento.

4. Intervenção política do M. F. A. na vida nacional além da Assembleia Legislativa.

A prática da Revolução Portuguesa parece mostrar que a tenra democracia que que haverá leste é o ponto de honra do M. F. A.) de surgir institucionalizada cerca de Outubro próximo (com a entrada em funções da Assembleia Legislativa e outros órgãos do Poder), que essa tenra democracia, dizlamos, necessita de ser amparada e garantida, tendo em vista o seu enraizamento prófundo na sociedade de todos nôs. O M. F. A. não enjeita as responsabilidades que assumiu perante o Povo Português. O M. F. A. está pronto a contribuir para esse enraizamento, em ligação estreita com todas as forças promessistas e democráticas e democráticas.

2.º GRUPO DE QUESTÕES

DIARIO DE LISBOA

 O problema da participação ou não do M. F. A. na Constituinte.
 Quando haverá uma decisão final?

RADIO CLUBE PORTUGUÊS

— O brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho afirmou em entrevista ao R. C. P. que o M. F. A. terá sempre uma palavra a dizer em tudo o que for decisivo nas Constituintes. A Coordenadora subscreve esta afirmação?

CAPITAL

— Diversos têm sido os oficiais das FA que se têm pronunciado quanto à participação ou não do M. F. A. nas eleições para a Constituinte. Pergunta--se: Já está decididamente decisivo que essa participação não se verificará?

DIARIO DE NOTICÍAS

— Qual a posição da C. C. quanto à participação na Constituinte?

RESPOSTAS

Perante o Povo Português, a responsabilidade que o M. F. em 25 de Ahril, mantem e não pretende alienar, implica necessariamente uma vigilância atenta e uma participação activa em tudo quanto disser respeito à Democracia que tem de defender e ajudar a construir. É neste contexto que o problema da Constituinte deve ser encarado; falta apenas definir forma pela qual essa vigilância deverá ser exercida uma vez que a vontade política do Movimento é inabalável à defesa dos interesses democráticos Entretanto aquardamos ainda que a decisão suba das bases do M. F. A. até à C. C. P. como aliás tem vindo sempre a ser feito desde que a ideia da Revolução nasceu entre nós.

PARA QUE O MOVIMENTO NÃO SEJA A EXPRESSÃO DE UM SIMPLES LEVANTAMENTO MILITAR. MAS SE CONVERTA NUMA AUTENTICA REVOLUÇÃO QUE CONCRETIZE AS ASPIRAÇÕES DO POVO

3.º GRUPO DE QUESTÕES

DIARIO DE LISBOA

 Da última reunião de delegados das FA poderá concluir-se que vão surgir em curto prazo as leis necessárias para o progresso da resolução de 25 de Abril?

RADIO CLUBE PORTUGUÊS

— E evidente a necessidade de saneamento no âmbito de Ministério da Justiça. Considerando o futuro judgamento de fascistas (caso dos Pides entre outros) e a recente libertação dos detidos por acusação de sabotagem econômica, que pensa a C. C. P. do legalismo que tem sido aplicado em substituição da legitimidade revolucionária que o M. F. A. impôs em 25 de Abril?

 A recente Assembleia de Delegados do M. F. A. aprovou a decisão de se promulgarem leis revolucionárias.
 Dada a sua urgência:

- a. Para quando essa promulgação?
- b. Quem as porá em prática?
 c. Sobre que matéria insidirão?
 d. Estarão relacionadas com a ex
- Listarao relacionadas com a extinção definitiva das muitas erupções fascistas existentes a par de domínio ainda efectivo dos monopolistas e latifundiários?

DIARIO POPULAR

Tem vindo a público, nos últimos dias, expressa ao nível do M. F. A. a ideia da necessidade de promulgação de uma legislação adequada à revolução. É possível neste momento adiantar algo mais quanto ao conteúdo dessa ideia?

 É possível saber-se quando e por que instâncias serão julgados os expides mais responsáveis bem assim como destacadas figuras do regime fascista, entre as quais por exemplo o Almirante Henrique Tenreiro?

DIARIO DE LISBOA

 As FA tencionam continuar a adoptar medidas drásticas anti-corrupção?

RESPOSTAS

Problema da legalidade Revolucionária e da actuação Revolucionária.

Toma-se evidente a necessidade de em todo o processo iniciado em 25 de Abril se manteve uma coerência revolucionária, para que o Movimento não seja a expressão dum simples le-vantamento militar, que será incapaz avantamento militar, que será incapaz ade de resolver as contradições da sociedade portuguesa, mas se converta numa autêntica revolução que concretze as aspriações do Poverteze as septirações do Poverteze as aspriações do Poverteze as aspria

crettze as aspirações do Povo. Neste contexto se se torna necessária a implantação dume legal dade revolucionária, o que ê evidente, essa legalidade não poderá ser o resultado de leis mais ou menos abstratos. La completa de la completa del completa de la completa del completa de la completa del la completa de la completa del la completa de la comple

Cometem portanto um erro, todos quantos pensam que será um texto escrito — lei, programa, plano, o que Fôr — que irá resolver sozinho, situações concretas.

As situações resolvem-se pela prática adequada que concretize uma análise objectiva de cada situação ao, análise essa que terá que ter em conta, necessariamente, as relações das forças em presença. Isto implica a adequação de cada resposta a cada problema.

Só assim tem sido possível ao M. F. A. superar as crises que têm surgido e ir consolidando, o que é um facto, a MFA,POVO



POVO, MFA

DO THE NEW YORK OF THE STATE OF

campanha de dinamização cultural



A CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M. F. A.

sua consciência revolucionária, em intima consolidando, o que é um facto, a sua consciência revolucionária, em intima comunhão com o Povo, com cujos objectivos se identifica cada vez mais.

assim é, o Povo o tem dito. Se assim continuemos e a tal dedicamos casaim continuemos e a tal dedicamos todas as nossas energias, estamos seguros que em cada momento surgirio as respostas ou leis adequadas à resolução dos problemas concretos que se nos põem e assim a consolidação de resolução sorá um facto, resolução que terá que ser o processo que resolva as contradições objectivas da nossa sociedade e o julgamento revolucionário de todos os responsáveis e sustentáculos do estado fascista que nos submergial durante meio século e de todos os que pela sua prática, após o 25 de Abril; se oponham à Revolução.

Assim, dessa prática revolucionária, imposta pelas situações concretas, está nascendo a necessária legislação que institucionalizará, de forma positiva, aquela prática, permitindo uma actuação coerente e imparcial dos órgãos que administrarão a justiça.

4.º GRUPO DE QUESTÕES

DIARIO DE LISBOA

— O M. F. A. estará atento ao aprovertamento da ignorância e atrazo de muitas populações dos meios rurais pelos sectores políticos vinculados ao regime anterior mas que surjam agora no acto eleitoral com uma capa democrática?

RADIO CLUBE PORTUGUES

— Os relatórios elaborados sobre as primeiras campanhas de dinamização do M. F. A. demonstram um elevado grau de despolituiçação das populações, manipuladas e intimidadas pelas forças reaccionárias locais, a maior parte não saneadas. Penas que este facto poderá tealgum peso na decisão de o M. F. A. participar ou não nas Constituintes?

RESPOSTAS

Os 48 anos de regime fascista, em que falar de política era crime, para os outros, pois políticos só podíam ser os do partido no governo, ou sejam os fascistas, fizeram com que o povo português, nomeadamente o rural estivesse quase totalmente despolítizado. Para isso contribiui todo o sistema

daquele regime e não interessa estar agora a escalpelizar esses factos. O que sta é verificar que as populações que mais teriam de ganhar com a tauração de um regime de feição socialista, continuam a ser as que têm mais medo do papão comunista e outros. De qualquer modo esses as pectos era iá do nosso conhecimento ao elaborar o Programa e preconiza uma data como limite do período até às eições. Poderemos concordar que se 'perderam'' cerca de oito meses, na efectivação de um programa largo de esclarecimento e politização às populações. Certo, no entanto, tal como foi prometido, tudo fazemos para realizar eleições no prazo previsto. Não poderemos no entanto deixar de estar atentos a todas as possíveis manobras, feitas a coberto de disfarces, mas de qualquer modo isso è de facto mais um pormenor que nos leva ao exercício da

vigilância e participação efectiva no processo democrático, em curso, como já aqui foi dito.

5.º GRUPO DE QUESTÕES

DIARIO DE LISBOA

 Alguns jornais publicaram certas afirmações do Sr. Brig. Otelo S. de Carvalho que posteriormente o Sr. Gen. Spínola pretendeu desmentir. O Sr. Gen. Spínola, segundo os jornais, afirmou também que já "procedera militarmente".

Qual o comentário da C. C. P. a este confrontamento de opiniões e que reflexos poderá ter dentro do M. F. A.?

RESPOSTA

Sobre este assunto parece-nos de facto que muito sensacionalismo se está a fazer à volta do mesmo. Não nos restam dúvidas quanto à veracidade das declarações do Brig. Otelo S. de Carvalho, pois do assunto já a C. C. P. era conhecedora desde que tal

aconteceu. Allás não foi a única vez que o Sr. Gen. Spínola fez certas afirmações que poderiam ser aproveitadas, contra ele mesmo, tal como as que estão em causa. No entanto nunca a C. C. P. lhes deu importância, pois as considerou desde sempre inseridas na personalidade do próprio Gen. Spínola. Esta figura de militar muito controverso, cheio de grandes virtudes e grandes defeitos, não deixou de cumprir a missão histórica que lhe estava reservada. Essa missão foi cumprida, e ainda

que mais curta e com mais deficiências do que o M. F. A. esperava no início, parece à C. C. P. que há que encerrar o

Sobre o chamado "procedimento militar" parece-nos que está tudo respondido com o que acabamos de di-

Quanto aos reflexos que tal assunto poderá ter dentro do M. F. A., não nos parece que eles possam ser perniciosos de modo algum, pois desde que a verdade seja dita, isso nunca poderá afectar a união dentro do M. F. A., até porque a clarificação das situações só poderá servir para reforcar a unidade.

E NA COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DO SANEAMENTO E NOS VÍCIOS DA LEGISLAÇÃO QUE O REGULA QUE ESTÃO OS MALES E A INEFICACIA DO PROCESSO

6.º GRUPO DE QUESTÕES

DIARIO DE LISBOA

e— Ainda sobre sabotagem ecomicia, confirma-se que o C. O. P. C. O. N. estará na disposição de fazer prevalecer e demonstrar a legalidade das prisões efectuadas e que o Juiz Dr. Sá Pereira contestou à luz dos textos fascistas?

RADIO CLUBE PORTUGUÊS

– Considera a C. C. P. que as recentes prisões de capitalistas pode ser considerada no âmbito da estratégia antimonopolista prevista no Programa do M. F. A.?

RESPOSTAS

De maneira nenhuma estas prisões podem ser consideradas no âmbito da estratégia antimonopolista. Estão sind dentro de uma luta anticorrupção. Quanto à estratégia antimonopolista

isso é um assunto que terá que ser encarado no âmbito do Programa económico.

Em relação à actuação do.C. O. P. C. O. N., ele actuou a pedido do Governo e de acordo com a legislação que o criou a ele C. O. P. C. O. N. De qualquer modo esse assunto parece-nos que já estará respondido no que respeita à entrada em vigor de legislação revolucionária.

7.º GRUPO DE QUESTÕES

DIARIO DE LISBOA

 Quando será publicado o relatório sobre o 28 de Setembro?

RADIO CLUBE PORTUGUÊS

 Quando vem a público os resultados do inquérito sobre a intentona setembrista?

DIARIO POPULAR

Várias vezes se anunciam que o comunicado sobre o 28 de Setembro iria publicar-se dentro de dias. Que há sobre essa publicação?

RESPOSTAS

Embora várias especulações tenham sido faitas sobre o assunto, a verdade que a resposta para a demora do relatório sobre a intentiona setembrista é simplesmente falta de tempo. Os componentes dos diversos órgãos da cipula que, directa ou indirectamente, estiveram mais ligados ao 28 de Sembro, produziram já os relatos necessários para a análise que se efectuou no "conselho dos 20", e que agora devidamente compilados e juntos num relatório final, depois de aprovado no mesmo conselho será brevemente idfundido.

8.º GRUPO DE QUESTÕES

RADIO CLUBE PORTUGUES

— O saneamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros processa-se de um modo ineficaz o que tem implicações no abandono dos trabalhadores portugueses emigrados e graves reflexos no processo eleitoral. Que pensa a C. C. P. deste estado de coisas?

RESPOSTAS

O Problema do Saneamento é bastante mais vasto e profundo que aquele focado especificamente na pergunta.

O saneamento no seu contexto mais amplo terá que se traduzir, por um lado, no afastamento de determinada estrutura dos indivíduos com-

(Continua na pág. 7)

O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA E SOCIAL TERÁ DE SER ACELERADO

Pela sua importância como definidora das linhas gerais de actuação do M. F. A. transcrevemos a introdução à Conferência de Imprensa lida pelo ten.-cor. Charais:

"Antes de encetar esta breve análise julga-se conveniente, mais uma vez chamar a atenção da Nação Portuguesa que o Programa do M. F. A. não é um documento preenchido com conceitos e proposições rígidas que pretende traçar a régua e esquadro a orientação política, económica e social da Nacão. Como Programa de um Movimento não poderá deixar de ser dinâmico, procurando a solução dos problemas surgidos pela aplicação, constantemente ponderada, dos seus princípios gerais orientadores aos dados reais das situações, em cada momento. Tal não poderia deixar de verificar-se pois, a relevância do seu formalismo, sobre o seu conteúdo, levaria, como facilmente se poderá compreender, à estiplação e extinção do próprio Movimento, O Programa, expressão escrita de um conjunto de motivações fundamentais do Povo Português e por ele ratificado em 1 de Maio só poderá considerar-se ultrapassado ou ambíguo apenas por quem dele faça uma leitura formal, sem atentar no seu espírito, espírito este que ressalta claro numa leitura atenta e sem preconceitos, e sem o integrarmos nas condicionantes geo-políticas em que Portugal está inserido."

A não observância das condicionantes atrás referidas levaram, alguns, a considerar como um desvio ao Programa do M. F. A. as soluções adoptadas para o problema ultramarino. Formalmente, não constava, de facto, no Programa, o reconhecimento, por Portugal, do direito dos povos à auto-determinação com todas as suas consequências incluindo a independência. Este princípio, incluído pela comissão de redacção do Programa foi retirado, do seu texto original, após prolongada discussão, por decisão majoritária, dos membros da anterior Junta de Salvação Nacional, na madrugada do dia 26 de Abril No entanto o desenvolvimento de todo o processo veio demonstrar que, sem uma descolonização eficiente e rápida não seria possível uma política ultramarina que conduzisse à paz e consequentemente uma política que conduzisse à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justica social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as nações, constantes das considerações finais do Programa do M. F. A. Através da Lei n.º 7/74 de 26 de Julho de 1974 e face à situação real do problema ultramarino são materializados, revolucionariamente, os princípios gerais orientadores do Programa neste campo. Em síntese podemos afirmar não ter havido desvio ao espírito do Programa e que o processo de descolonização, um dos seus principais objectivos, tem prosseguido, prestigiando a Nação Portuguesa e permitindo, quase de forma espectacular, o cumprimento de um outro dos seus pontos, o alargamento e diversificação das relações internacionais, com base na amizade e cooperação entre os povos.

A mesma óptica formal foi factor impeditivo da clarificação da situação, e, consequentemente, da marcha do processo revolucionário. durante a vigência do primeiro Governo Provisório. De facto, a interpretação dentro de uma perspectiva legalista conservadora da afirmação de que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte foi um dos factores da sua inoperância. Tal afirmação, no contexto do Programa, apenas deve ser entendida como não competir ao Governo Provisório a definição do sistema político, económico e social em que a Nação passaria a viver. No entanto, são imposições do Programa, que terão de ser cumpridas pelo Governo Provisório, a democratização política, económica e social a todos os níveis, tendo permanentemente como ideia forca ou alvo prioritário, os interesses das classes mais desfavorecidas, trabalhadores em geral e operários e camponeses em particular. A clareza da opção do Programa do M. F. A., da qual ressalta um evidente humanismo revolucionário e um inequívoco sentimento de unidade e independência nacionais, conjugado com os princípios recíprocos, em matéria de política externa. de independência e igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos de outros países e de defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e na cooperação, ou não tem sido compreendida ou tem sido objecto de manobras da reacção, quer internas, quer externas, visando obscurecer o processo revolucionário ou comprometer o M. F. A. a interesses inconfessáveis que se opõem à liberdade, dignificação e bem-estar do Povo Português. O processo de democratização política, económica e social, apesar de algumas conquistas favoráveis já alcançadas, terá, não obstante as dificuldades de vária ordem que se lhe opõem, de ser acelerado. No campo político, o saldo pode considerar-se positivo. A Nação Portuguesa, denotando já possuir maturidade política, assistiu sem convulsões internas a mudancas do Governo Provisório, do Presidente da República, compreendendo imediatamente a necessidade de tais mudanças e angiando-as inequivocamente. No ano de 1975 teremos eleições livres pelas quais o Povo Português expressará a sua vontade, através das organizações dos

(Continua na pág. 7)

O M. F. A. E O ACTUAL PROCESSO POLITICO

(Continuação da pág. 1)

mental que é neste momento uma missão de natureza política, e sabernos tambier que se F. A. não hesitarão em em enhañar-se cada vez mais no seu cumprimento, levando à transformação toda a vida político-social portuguesa; pela nossa parte não há dúvina nem hesitações, mas esperamos que elas também não exitam por parte aforças políticas. Esperamos que se saiba superar o egoismo pessoal e/ou o sectarismo partidário, e que se sabar conjugar esforços, para vencer este desafo histórico e para conduzir o nosso povo para a Democracia e o progressos social.

Prontos a vencer maiores obstáculos es para suportar maiores sacrificios, esperamos igualmente que haja uma consciencialização generalizada, das dificuldades a vencer e dos maus momentos a passar. Esperamos que cada vez mais, os exemplos de dedicação e de trabalho, sejam um estimulo para todos e de que cada vez mais a unidade dos que trabalham, seja uma realidade dia a dia maior.

Temos a certeza de que o povo nos compreende e compreenderà, por isso ousamos apontar a via da unidade, do esforço abnegado e do trabalho para todos os que querem verdadeiramente construir um Portugal democrático, livre e independente.

Contamos sobretudo com a nossa capacidade e o nosso trabalho para vencermos todas as dificuldades. De veremos contar essencialmente com os meios e possibilidades no planos que fizermos e nos objectivos que nos propuzermos alcançar: assim teremos a certeza de não falhar. Se nos udarem tanto melhor, porém, não po deremos fazer depender o êxito dos nossos planos, ou a definição dos nossos objectivos da ajuda externa. A experiência histórica ensina-nos que essa ajuda esconde muitas vezes a dependência. Se connosco quizerem cooperar em condições mutuamente vantainese petamos de bracos abertos desejamos vivamente essa coopera ção: mas deveremos tirar todas as dúvidas, de que não venderemos nossa dignidade seia a preco de migalhas como no passado, seja por major preco

Consideramos condições necessárias para vencermos as dificuldades existentes e levarmos a bom termo a nossa missão as seguintes:

- Unidade e coesão revolucionária
- Unidade F. A. POVO e aliança com as forças democráticas progressistas;
 Desenvolvimento e for-
- talecimento das organizações políticas progressistas e organizações sociais incluindo sindicatos;
- ncluindo sindicatos;'

 Eleicões verdadeiramente livres:

Firmeza na defesa da democracia
 e na defesa da descolonização;
 Intransigência no ataque à

Desde o 25 de Abril até hoje têm-se dado passos significativos para que estas condições se verifiquem; no entanto teremos que continuar o tra-balho quer dentro das F. A. con-quistando-as completamente para o espírito do M. F. A. quer no seio do po-vo estreitando cada vez mais a unidade fundamental para o desenrolar de todo fundamental para o desenrolar de todo

o processo

Deverenos igualmente ser firmes, para impedir que al liberdade seja usada contra a democracia e contra a descolonização para tornarmo sa medidas revolucionárias que forém necessárias, não nos deixando enlear na teia do legalismo fascista. Não poderemos hesitar no judjamento revolucionário dos crimes nacionais cometidos pelo sistema fascista.

Como síntese do que ficou temos que:

- O actual processo político é um processo revolucionário que não terminará com as eleições da constituinte, mas continuará muito para além delas;
- É ao M. F. A. por intermédio dos seus orgãos revolucionários, Comissão Coordenadora do Programa, Conselho Superior e Assembleia, a quem compete a direcção do actual processo re-
- É nas F. A. e no seu Movimento que o povo deposita confiança para que se alcancem os objectivos indicados no programa;
- As F. A. estão firmemente unidas e determinadas para atingir os objectivos de descolonização, democratização política e económica e independência nacional;
- A missão fundamental das F. A. durante o período de excepção, é de natureza política;
- As forças políticas deverão formar uma frente progressista e envidar todos os esforços na realização dos objectivos nacionais indicados;
- Deveremos contar sobretudo com as nossas forças, as nossas possibilidades, capacidades e meios, não ficando à espera e dependentes da ajuda externa, para a construção da democracia em Portugal:
- Deveremos estimular tudo o que leve à unidade e coesão revolucionária das F. A., bem como à unidade F. A. — POVO:
- Não podemos pôr em causa o processo revolucionário e a Democracia por excesso de democratismo:
- A nossa capacidade de vigilância, firmeza e determinação revolucionária têm de estar sempre prontas a ser postas à prova;
- A liberdade não pode ser usada para atacar e liquidar a ainda débil democracia.

EM FOCO

Ora, quando em uma sociedade ou civilização um novo elemento aparece, que de sua natureza é antagónico a seculares depósitos mentais, à estrutura, adquirida há tanto que já parece natural e própria, do próprio espírito, o primeiro acontecimento mental, e portanto essencial, que resulta é a incapacidade à adaptação dessa mentalidade a esse meio novamente criado. De aqui, como consequência, segue-se um período de transição e de decadências, de flutuações mentais, de incertezas nos pensamentos como nas obras, antes que a adaptação se de o acordo se estabeleça.

A adaptação ao meio assume três formas, que verificamos darem-se no nosso tempo. A primeira é a desadaptação total, e, portanto, a reacção integral contra as influências novas que, no momento, representam o espírito e a tendência da civilização. A segunda é a falsa adaptação — isto é, a persistência do velho espírito julgando, por assumir as aparências do novo, que lhe vestiu o próprio corpo, e não só os trajes. A terceira é a adaptação incompleta, cujo nome basta para a definir.

Fernando Pessoa

OS ESTUDANTES PORTUGUESES:

SUA PARTICIPAÇÃO NA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

O ensino foi durante o regime ric, rum dos mais poderosos meios de inculcar a ideología fascista dominante, de esconder ou camulfar a exploração de que o Povo Português era vítima, de atastar os trabalhadores da cultura, de isolar os estudantes do Povo e das suas lutas, para o que fomentava um espírito elitista na juventude estudantil.

O ensino era uma complexa máquina organizada para dar uma instrução mínima aos trabalhadores que conseguiam escapar ao analfabetismo — em Portugal ainda hóje 37% da população é analfabeta, o que corresponde a mais de 3 milhões de pessoas.

Dos que continuavam os seus estudos para além da escolariedade elementar (dita obrigatória), os
filhos das camadas mais absariados
(comerciantes, industriais, quadros
superiores da administração,
liceu por poderem suportar os
custos e terem um acesso rápido à
Universidade, os restanio técnico,
menos caro e que preparava mais
rapidamente para o exercício de
uma profissão.

É de notar no entanto, que dos novecentos mil 1900 000 alundo do ensino primário, só menos de 50 % (cerca de 400 000) continuavam os seus estudos no ensino secundário, os restantes entravam logo no mercado do trabalho.

Daí que no ensino Universitário pouco mais de 4% dos alunos sejam filhos de trabalhadores que no entanto constituem cerca de 75% da população.

Face à situação actual do ensino, herdada do fascismo duas

atitudes são possíveis "mudar tudo para que tudo fique na mesma" ou ir ao cerne dos problemas e contribuir para alargar e aprofundar o papel dinamizador que um Novo Ensino deve ser na sociedade nova Ensino deve ter na sociedade nova

que construimos

Seria escamotear a origem dos problemas que o ensino atravessa, nsar que tal se deve apenas a deficiências de planeamento, falta de professores e instalações, não compreendendo que essas faltas mais do que causas são consequências lógicas da própria (des)organização fascista do ensino. Não se seguiria numa sã nolítica de verdade se se afirmasse ser possível alargar as instalações e recrutar os cerca de mil pro-fessores que o Ministério de Educação e Cultura (M. E. C.) pensa serem necessários para leccionar os 28 000 estudantes candidatos à entrada no Ensino Universitário ... para não referirmos à possível qualidade de um ensino nas condições de instalações exis-

Sem dúvida que melhorar as instalações, mais professores, o alargamento e regionalização da rede escolar são infraestruturas imprescindíveis para que o ensino cumpra totalmente as suas funões sociais. Esforços importantes têm de ser feitos neste campo para ensino verdadeiramente democrático no seu conteúdo, método, organização e fins. Mas obrigando a escassez de recursos a definir prioridades, não poderá continuar a ser o ensino superior o destino de importantes verbas que aplicadas noutros sectores educacionais beneficiariam um maior número de estudantes, acelerando a democratização em curso.

As transformações do ensino, no entanto, passam muito além de meras trocas de prioridades.

ir ao cerne dos problemas é lutarmos para eliminarmos totalmente o analfabetismo; alargar e assegurar a escolaridade gratuita e obrigatória; garantir a igualdade de acesso a todos os graus de ensino. independentemente da situação económica e social dos agregados familiares; democratizar truturas escolares; modificar os métodos e conteúdos reac-cionários do ensino, ainda existentes, em suma subordinar as orientações do ensino aos interesses do Povo, permitindo que o ensino contribua, da sua forma específica, para a elevação do nível cultural da grande maioria da população e também para o elhoramento do nível científico e técnico do país.

Ir ao fundo dos problemas é, iainda, ligar o ensino à vida, à resinda da concreta do País, às condiópse de trabalho do nosso País, às condiópse de trabalho do nosso País
e estudantes, com o seu trabalho do nosso Ponoder
e estudantes, com o seu trabalho do nosso Ponoder
ponder a necessidades sono e seu trabalho de nosso ponder a necessidades sono e seu trabalho de la para responder a necessidades sono de ponder a necessidades sono de ponder a mecessidades sono de nota forma ponder am ficar insatisfeitas ainda por
muito tempo.

A decisão corajosa do governo em criar um serviço (vivo en tudanti), irá responder às questões acima leivantadas não só no que toca à resolução dos problemas concretos detaudos pela herança dos 48 anos de fascismo mas também no desalfo que é feito problemas estudantes no sentido de participarem na Reconstrução Nacional dando ao povo algo do que aprenderão e aprenderão com o aprenderam e aprendendo com o oprenderam e aprendendo com o povo a realidade deste País.

AGRICULTURA: UMA QUESTÃO EM FOCO

(Continuação da pág. 3)

agrícolas capitalistas, servindo a parte expropriada para a constituição de cooperativas de pequenos agricultores ou de trabalhadores do campo. Po outro lado, independentemente do apoio inicial e preferencial em vários ní veis aos pequenos e médios agricul-tores, a Reforma Agrária terá de conceder meios e quadros necessários à formação de cooperativas de pro-dução integradas e dirigidas por estes últimos estratos da agricultura, além de reformular toda a estrutura das cooperativas actualmente existentes criadas durante o regime anterior, de maneira a dar-lhes realmente um conteúdo verdadeiramente cooperati vista, o que não acontece presente. Esta última medida passi necessariamente pela garantia de direcção dessas cooperativas por pessoas capazes de lhes emprestar esse cunho cooperativista.

Além destes pontos, outros haverá

Além destes pontos, outros haverá que uma política de Reforma Agrária terá de incluir. É o caso do controlo oficial da venda de terns de forma a assegurarem-se os objectivos já expostos assim como a completa reestruturação dos organismos estatais de vulgarização agrícola e de assistencia técnica. De ligual modo se terá de incorporar nessa Reforma Agrária a adequada criação de empresas públicas de aluguer barato de equipamento sagrícola sos pequenos e equipamento sagrícola sos pequenos e

médios agricultores e sobretudo às suas cooperativas de produção. Uma outra medida não menos importante de Reforma Agrária é a da reorganização dos sistemas comerciais dos produtos da agricultura e dos que esta necess (adubos, sementes, maquinaria di-versa, rações, etc.), com controlo oficial, tendente para a nacionalização. de maneira a subtrair os pequenos médios agricultores e as suas cooperativas da especulação de intermediários gananciosos. Por fim, a concessão de crédito a juro baixo e a eliminação das taxas e impostos que recaiem sobre os pequenos agricultores completam o conjunto de medidas essenciais que integram a Reforma Agrária.

os nossos camponeses resulta essencialmente das condições estruturais anteriormente definidas que recebemos do regime deposto em 25 de Abril. A Reforma Agrária envolve instrumentos eficazes para a sua libertação.

A dependência em que se encontram

 O. Lange – Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento Económico, Prelo Editora, 1967, pán 14

pág. 14. (2) I. N. E. – Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente – 1968.

PROGRAMAS NA RADIO E NA TV DO M. F. A.

O M. F. A., através dos diversos meios de comunicação, empenha-se na divulgação e seclarecimento do seu Programa, medide essencial pare a sua exacta interpretação e cumprimento. Como primeira via surglu o "Boletim Informativo", agora já no seu 8.º número. Neste momento também transmitimos na Emissora Nacional, 3.º8, 5.º9 e 8.º9 feiras das 18,15 às 19,00 horas, e no Rádio Clube Português, 4.º9 e Sébados das 22,00 às 22,20 horas. Quinzenalmente às 3.º9 feiras, pelas 21,15 horas também a presença do Programa do M. F. A. através da TV.



A CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M. F. A.

(Continuação da pág. 5)

prometidos com o regime fascista, nos diversos aspectos que esse comprometimento se possa revestir, por outro lado terá que ser o afastar de todos os indivíduos que, por não acompanharem o processo revolucionário, o obstruam.

Desde logo para que o saneamento seja efectivo é necessário que os componentes des órgiãos que os componentes des órgiãos que o fazem tenham compreendido a sua missão. E precisamente na composição dos órgãos encarregados do saneamento e nos vicios da legislação que o regula que estão todos os males ou ineficácia do processo.

Claro que um e outro aspecto nasceram num momento em que o estádio revolucionário era inferior ao

Assim, e para superar o desfazamento entre as condições políticas do presente e a legislação que regula o saneamento, legislação essa vinda do anterior, está o assunto a ser revisto, de modo a que o pecessário saneamento modo a que o pecessário saneamento. das instituições seja conseguido em moldes mais correctos.

9.º GRUPO DE QUESTÕES

DIARIO DE NOTICIAS

— No Programa do M. F. A. está consignada "e liberdade de expressão e pensamento, sob qualquer forma". Não se pretendendo discutir se os atentados já verificados contra essa liberdade foram ou não justificados, que medidas preconiza a C. C. P. para evitar situações em que atentados samelhantes sejam lesivos da democratização do País?

RESPOSTA

Sobre este assunto está em discussão no G. P. a chamada "Lei de Imprensa" que ao mesmo compete fa-

O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA E SOCIAL TERÁ DE SER ACELERADO

(Continuação da pág. 5)

partidos. O esclarecimento político actual da população poderá não ser o mais desejável, nem tal seria possível, uma vez que a democracia não é objecto que se dé ou compre, mas terá que ser aprendida e conquistada na prática prolongada de verdadeiras instituições democráticas. Estamos convencidos que o Povo Português terá, já, o discernimento suficiente para escolher os partidos que o pretendam servir e não servir-se dele, uma vez que aceitará todos aqueles que, nos seus programas e objectivos, bem como nos processos de acção política que adoptem, tenham como denominador comum os princípios e objectivos do Programa do M. F. A. e as conquistas democráticas já alcançadas. O M. F. A. velará para que o mesmo povo não seja enganado pela exploração da ignorância em que foi mantido durante tantos anos.

No campo económico e social, desenvolve-se como é do conhecimento de toda a gente, intensa actividade tendente a definir objectivos e processos que permitam recuperar o tempo perdido. Um dos grandes obstáculos que se oporão à concretização rápida daqueles objectivos, para além de outros já do conhecimento da Nação Portuguesa, são as actuais estruturas da nossa sociedade. O regime fascista, para além das suas figuras carismáticas, colaboradores, sistemas repressivos, dilatou-se no tempo mercê do apoio recebido de uma estrutura viciada e viciosa que se alargou a todos os sectores do aparelho do Estado, com repercussões profundas nas estruturas comerciais e industriais. A opção política atrás referida, e não é demais sublinhar, inteiramente independente de qualquer perspectiva ideológica partidária, interna ou externa, não poderá ver os seus fundamentos lançados sem uma rápida reformulação e saneamento das actuais estruturas da sociedade portuguesa. O considerar-se esta reformulação e saneamento como uma grande reforma de fundo, constitui um artifício que obsta inteiramente à sua execução. O M. F. A. afirma a sua inabalável decisão de proceder de acordo com o estipulado no seu Programa, embora com os cuidados que permitam o seu processamento sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar. Para tal, garante a todos os Portugueses, ao iniciar o ano de 1975, um Movimento das Forças Armadas mais forte, mais coeso e perfeitamente consciencializado para a consecução dos objectivos do seu Programa.

O ano de 1975 não será um ano fácil. As dificuldades a vencer serão muitas. Mas unidos, Movimento das Forças Armadas e Povo Português, continuaremos a lançar, pedra a pedra, esse edifício que será o novo Portugal.

A todos os Portugueses o Movimento das Forças Armadas, pela sua Comissão Coordenadora, deseja um ano de 1975 de intensa consciêncialização política, de paz, de progresso e de bem-estar social. zer. Está claro que a C. C. P. não poderá de modo algum concordar com as censuras internas, contrárias ao que for estabelecido nessa mesma Lei, e não conducentes à sua defesa.

10.º GRUPO DE QUESTÕES

RADIO CLUBE PORTUGUÊS

— Que divergências existem no seio do M. F. A. e do Governo?

 Alguma imprensa estrangeira refere a oposição da Força Aérea ao Governo. A Coordenadora tem alguma

RESPOSTAS

Dentro do M. F. A. não existem divergências, no sentido que normalmente se dá à palavra.

Desde sempre foi dito que o M. F. A. era formado por um conjunto de militares (de início só Oficials do Q. P.) que vivia em franca Democracia.

sales (se inficios of Oriclas de C. P. 7 que vivida em franco Democracia. Se grupo não era, nem 6, homogános e dentro dele existiam, e exvisios problemas a enfrentar, prespectivas políticas. Houve no entanto, problemas a enfrentar, prespectivas políticas. Houve no entanto, esta en entre en entre en entre en entre en entre en entre en membros allo militares e como así querem servir o povo e que pertencem. Foi isso que os uniu, os levou a derrubar o regime ilegítimo e se levaria a pór em execução o que o povo quiesr.

O M. F. A. não pretendeu nunca, nem pretende impor nada ao Povo Português. E neste âmbito que se desenrola toda a actividade do M. F. A. e nunca poderá dizer-se que no seu seio existem divergências. Há sim popiniões diferentes, mas essas em vez de dividirem, contribuem antes para melhor cimentar a união dentro do próprio M. F. A. É apenas necessário que os militares continuem a actuar como militares, discutindo os seus problemas de olhos nos olhos, com a lealdade que ê uma das suas maiores virtudes.

Em relação ao G. P. as divergências existentes, estamos convencidos que serão as naturais num Governo de coligação e serão também, antes de mais, diferença de opiniões. Não temos conhecimento de fortes divergências no seu seio.

Quanto ao que determinada imprensa estrangeira vem especulando e deformando a imagem, do que se passa no Portugal após o 25 de Abril, sisso è assunto is muito debatido e que nillo è novidade para ninguém. Está claro que nem é necessánio fazer comentários sobre a elegada "oposição da F. A. ao G. P.".

Todos nós sabemos que o que está a contecer em Portugal, desde o 25 de Abril a esta parte, não agrada de modo algum a certos sectores estrangeiros, alguns mesmo ditos democráticos. A estas orientações, evidentemente que interessa tenter todos os meios para evitar a sua prossecusalo. E como sabemos a imprensa é um dos mais poderosos meios que podem ser utilizados neste campol...

11.º GRUPO DE QUESTÕES

RADIO CLUBE PORTUGUÊS

 O que há sobre os presos dos incidentes de 4 de Novembro – CDS? Caso de Etelvino de Jesus.

RESPOSTA

É um assunto que está entregue aos órgãos competentes.

Em relação ao caso do soldado Etelvino de Jesus, sobre o qual alguns sectores mais ou menos marginais têm especulado, não lhe poderemos dar mais importância que a qualquer militar que tenha desrespeitado as leis e regulamentos militares.

12.º GRUPO DE QUESTÕES

DIARIO DE NOTICIAS

— Que garantias pode a C. C. P. dar quanto ao respeito que a todos deve merecer a autoridade democrática, que nalguns sectores nem sempre tem sido observada?

RESPOSTA

Põe o Diário de Noticias o problema das garantias a dar pela C. C. P. do respeito pela autoridade democrática, autoridade que, segundo o mesmo periódico, nem sempre tem sido observada.

uma questão posta por certos sectores estrangeiros dítos democráticos que, sagora que se constroi uma verdadeira rediscipara democracia em Portugal, estão multo mais preocupados com essa democracia do que quando a repressão fascista subjugava o Povo Português, podemos dizer que o M. F. A. 50 pode responder pela afirmativa categórica do respeito pela sutoridade democrática.

Só que à sombra do ideal democrático não se podem abrigar os que de antemão sabemos que tudo fizeram, tudo fazem e tudo farão, se isso lhes permitirmos, para destruir a democracia.

Vivernos um período revolucionário o Provo Portugules em moltiples ocasides tem mostrado que apole com todo o seu vígor e contralmos um responsabilidade histórica para com esse Povo que não enjetiaremos apoleixaremos as

13.º GRUPO DE QUESTÕES

DIARIO DE LISBOA

— Em certas zonas do país estão a surgir elementos que residiam no Ultramar e que de lá fugiram apresadamente os quais desencadeiam campanhas contra o M. F. A. e o G. P. Receia-se que no futuro aumentem estas campanhas. A C. C. P. tem já conhecimento destes factos?

RESPOSTA

Como é do conhecimento geral, as reação situa-se a todos os níveis, principalmente naqueles cujos guadros mentais ainda se não aperceberam da justiça social da nova ordem democrática. Tudo faremos para tentar esclarecer não esquecendo, porêm, que o escalarecimento tem os limites da vontade de se ser escalarecido e, para além deles, o tratamento será dado conforme as características dessa reacção.

OU O CAPITAL COLABORA, OU A VIA DE SOCIA-LIZANTE TRANSFORMAR-SE-A EM SOCIALISTA

14.º GRUPO DE QUESTÕES

REVOLUÇÃO (Órgão do P. R. P.)

A crise económica pela sua própria natureza, gerada pelo capitalismo, determina que se faça uma escolha: ou via capitalista ou opção socialista, sob ponto de vista de determinada forma de produção económica. Neste princípio do ano, de que lado se situa a Comissão Coordenadora?

RESPOSTA

Sobre este assunto, a C. C. P. não poderá situar-se de qualquer dos lados, dado que a C. C. P., como já foi afirmado variadissimas vezes, mais não

representa que a vontade do Próprio M. F. A., pois neste vive-se efectivamente em Democracia, desde o seu aparecimento. E a C. C. P. não poderá ainda pronunciar-se em virtude de o assunto estar em discussão no seio do M. F. A. e não haver ainda qualquer resolução.

No entanto a C. C. P. não quer deixas de refeir que a via é socializante, como transparece do próprio Programa, e que, ou o capital colabora nessa mesma via ou ela terá forçosamente que se transformar em socialista, e ao fazê-lo recorda as passagens desse Programa do M. F. A. em que se determina uma estratégia antimonopolista.

SANEAR A VIDA PORTUGUESA

(Continuação da pág. 1)

de competência, a estruturação dos serviços em termos científicos.

O saneamento impõe uma ética revolucionária que mobilize todos os trabalhadores portugueses para a transformação da sociedade, transformação que não será fácil, porquanto o ponto de partida não é famoso e as circunstâncias internas e externas certamente imporão sacrifícios.

Conflamos no futuro do nosso País. Estamos certos que, apesar das difficuldades, nós, o Povo, encontraremos as soluções adequades aos nossos problemas, e conseguiramos erguer na nossa Pátria a prosperidade, a justiça e a falicidade a que temos d reito.

Forças Armadas, Partidos políticos, Organizações de trabalhadores, temos o dever de nos empenharmos profundamente na construção de Portugal.

A análise crítice, a luta serene mas firme pelos nossos direitos, a procura de soluções que sirvam as largas camedas mais desfavorecidas de populeção, constituirão a sociedade em que nos encontraremos. Um Povo com as necessidades tornadas consciência. Um Povo em Liberdade.

A ÚLTIMA GRANDE TENTATIVA DE REVOLTA ARMADA CONTRA O FASCISMO ANTES DO 25 DE ABRIL

O LEVANTAMENTO DE REJA DE 1 DE JANEIRO DE 1962

1 d. Janeiro de 1982 Militares e civie, sirjados selo capitão Versia Gones e Menus Sorri en interesta de 1982 Contra o fasciamo. Por motivos diversos a tentativa falhou. Multos combatentes foram presso pale policia politica, entre else Variel Gomes e Manuel Sarras. Em Julho de 1984 seriam julgados no Tribunal Plantino de Liberto. Decumento para e Em de 1982 de 198

Creio, até pelas responsabilidades que assumi peste julgamento, ca er-me deixar esclarecido sem marg de equívocos, qual a finalidade que se unha com a acção revolucionária de 1 de Janeiro de 1962 que era o derrubamento do Governo de Ditadura Fascista que há quase quatro dezenas de anos ocupa, oprime e explora o País inimigo em território con quistado: e a sua substituição nor outro ivremente eleito, depois de taurados os direitos e garantias que a própria constituição vigente consigna E para tal, para esse objectivo limitado nem é necessário alterar a cons uição: o que era e é imperioso é torná-la efectiva.

Sebemos porém todos nós por dura e prolongada experiência, que o dezprezo pela lei constitui a real matriz dos sistemas totalitários, tais como Estado Novo. Foi-me dado ver de perto, guando da minha intervenção na campanha eleitoral de 1961 a que manobras de baixo teor recorrerem o maquinismo estatal e os seus asseclas nara transformarem em fraude e es cárnio o acto solene pelo qual os povos afirmam a sua maturidade. De facto levei até à última fronteira da lega o meu protesto pouco me tendo onfirmada a in dade de uma oposição leal e a peito descoberto. Nunca um governo destr espécie policial abandonou o poder a não ser expulso pela força. A sua pala-vra de ordem é bem conhecida e comum a todos os Fascistas: é o 'tenez" de Charles Maurras. Para se aquentar a tudo lancam mão não evi ando e quando sentem perto o fim, em tentar arrastar na sua queda a própria outras parcelas do património colectivo com a base alemã): se estabelecem vénios secretos para a intervenção de tronas estrangeiras como os que n com a Espanha e a África do Sul. Ora a nossa história de 1580 recorda-nos a que extremidade pode ainda ir uma obstinação cega guando por camarilha de avidez insaciáve

O CASO DA ÍNDIA

Pois anesar de dominado nelas mais sombrias apreensões quanto às conse-quências da orientação que estava a ser imprimida nos destinos de Portuga não ultrapassei a fase de revolta la tente: foi o desastre de Goa, com a sua ncia demonstrativa, que me deci diu, certo como estava de ir ao encontro do mais profundo e veemente anseio do povo Português. A India nente abandonada à Portuguesa foi vilm sua sorte simulando o Governo ignoraas intenções e preparativos da União Indiana — porque não interessava aos onopolistas metropolitanos que è em Africa que tem as suas zonas de expansão. Os mesmos que em Abril de 1961 acudiram com pânico farcado de patriotismo - aos seus capitais e lucros ameaçados pela belião Angolana, foram os que em Derazoável reforcar a quarnicão do Estado da India. A herança de Albuquerque e a memória de D. João de Castro não pagam dividendos cuia natureza preocupe a oligarquia financeira com o qual o estado novo está identificado. Foi o desastre de Goa o choque

emocional que trouxe à superfície a repulsa e os receios que a maioria sã das forças armadas há dilatado tempo nutre em relação aos desígnios e mé-todos do estado novo. Movimento assim generalizado de urgência re cionária e adesão estusiástica só encontra paralelo na agitação que pe correir as fileiras quando da campanha General Delgado, reflexo da esperanca que al permanece associada ao nome se indómito patriota merecedor do respeito e acatamento de todos os

A AMPLITUDE DO MOVIMENTO

nilitares de carreira que aqu espondem pela acção revolucionária de Beja fazem-no por centenas de camaradas que todas as patentes que connosco partilham iguais ansiedades Éramos apenas uma vanguarda que, com orgulho o digo, não fraquejou na hora da decisão. Se a renercussão da sermos seguidos, deve-se isso atribuir mais ao concurso de circunstâncias adversas que à falta ou fraqueza de alguém implicado. Aqui o declaro para que conste.

Como em todos os movimentos genuinamente patrióticos não houve então uma conspiração na acepção lássica do termo; o que houve e o que é característico, foi a confluência de áreas de inquietação. Civis ou militares burgueses ou populares, rurais ou ci tadinos, todos fazemos uma Pátria e estamos juntos desde o fundo da história nas revoltas que talharam a fisionomia actual do mundo civilizado aquelas que a marcha do tempo reclama e com o qual se constrói a dignidade da condição humana. Deu ocasião este julgamento a que se recapitulassem as turpezas habitual mente cometidas pela polícia política do estado novo, elas só por si justificando uma atitude de desafronta de

tendo chegado Nada conhecimento do grande público pois como sempre foi interposta a cortina mistificadora da censura aqui de denunciaram as torturas e espancamentos, os rigorosos do segre do e condições celulares, os insultos e violências de toda a ordem que às mãos da P. I. D. E. sofreram os réus, incluindo os camaradas oficiais que caluniados na sua humilhados na sua condição, que eram A maneira como o Estatuto dos Oficiais do Exército e respectivas garantias foram derrogadas neste caso de evidente domínio do ferro castre novo máximo de representa um desrespeito pela lei e um verdadeiro atentado contra a instituição militar Nem os nazis se atreveram a tanto, em relação aos oficiais conjura de Julho de 1944. Que tudo se ante o silêncio dos organismos e entradições seculares do exército, é o resultado do vergonhoso servilism político que desqualifica esses generais, bem como, aliás, a quase to dos detentores dos altos talidade

cargos da administração pública Em todos os sectores da sociedade portuguesa se encontra hoie em dia nomoteticamente reproduzido esse antagonismo - de que as Forças oferecem apenas exemplo que dilacera o Corpo e a Alma da Nação — de um lado, a grande massa, vivendo na ignorância ou na apatia, na transigência ou no cor dismo, no desespero ou na revolta: do outro lado, um pequeno grupo (a élite como os próprios traduzem o termo 'gang'') que manejando as armas da mentira, do terror, da corrupção converteu Portugal num imenso campo personalidade e altivez de carácter. No quadro assim criado que é igual em to-do o lado onde se firmou a desgraça faccieta - a rebelião não á anenas legi tima, é um dever sagrado, é a prova da vitalidade e nobreza de um povo e nunca houve lutas que mais digni ficassem os seres humanos e mais revigorassem o sentimento pátrio. Só a completa irradicação da ideologia fascista poderá por fim à alienação em que está imersa a consciência nacional: só então poderá terminar o esforço pertinaz que aos democratas por tugueses tem exigido este combate contra as trevas, esta árdua campanha de Libertação Nacional

Mas se a caminhada tem sido nenosa

se numerosas têm sido as baixas e pesados os sacrificios, algo de exnara cada um denós e nara a colecividade: uma nova fraternidade que fo foriada na luta comum travada sem tibiezas nem renúncias. dispensável pedra angular, sobre a qual se alicerça o Portugal de amanhã, Portugal Democrático e o Portugal Libertado, de que todos os sinais pronunciam o alvorecer. E é esse laço fraterno que me fica unindo a Vocês meus companheiros em Beja na madrugada do primeiro dia de 1962 e que através de 30 meses de prisão aqui trouxeram uma inalterada fé e inquebrantável ânimo; que nos liga a todos que em Portugal não temem e que aqui ergueram uma voz firme e não ambigua amigos testemunhas amigos patronos; que nos irmana aos que resistem. lutam e sofrem continuam indomados; que nos faz chorar como irmãos muito queridos os sos companheiros Vilar e Abreu e todas as outras heróicas vítimas destes

E se na primeira linha de resistência tem sempre havido repre todos os quadrantes doutrinários. é justo destacar os comunistas poi tuqueses pela sua indeféctivel presença avultado quinhão de sofrimento. que faço à vontade pois que nem a P. I D. F. com todo o seu fanatismo in quisitorial me conseguiu vestir esse sambenito.

DA INCOMPETÊNCIA DO TRIBUNAL

Quanto à minha posição em relação este julgamento, quero declarar que foi em consciência coagido que me resignei a responder ao interr que aqui me foi dirigido, pois que de alguma posso competente este tribunal plenário para matéria de Indole milita mesmo não considerando a escandalosa gratuitidade da minha demissão do exército e a dos meus camaradas. Se, na realidade, não guardei o estrito silêncio que pensei optar como atitude de recusa da lade deste tribunal, deveu-se à intenção de reinvidicar as responsabiidades que me pertencem e principal mente a não deseiar fornecer pretexto para o prolongamento dos 30 meses de prisão preventiva a que já foram ubmetidos os réus, muitos dos qua com pouca ou nenhuma participação na acção revolucionária de Beja. Duma idêntica coação moral e psicológica estou sendo objecto desde que preso - e portanto a ela estive, sujeito durante a fase instrutória do processo não só com a detenção de minha mulher durante 18 meses (que só obe deceu a este miserável propósito) mas também suportando as mais re-quintadas técnicas da humilhação e desiguilibrio mental evolutivo que a P E. aprendeu na Alemanha nazi com a Gestano e recentemente

F. B. I. E é com esse mesmo intuito que tenho sido mantido durante esses meses em excencionais condições de nela sua duração em todo o mundo numa clara tentativa de destribuição de personalidade que se acabará por se consumir porque a resistência humana tem limites e eu sinto avizinhar-se o ponto de rotura Aliás, um primeiro objectivo foi atingi do que foi o de me trazerem osi quicamente diminuído a este tribunal Ora, trata-se de um crime, de um crime contra os direitos essenciais da pessoa humana conforme consta de declara tes e subscritas até nelo actual do o; subscritas, mas hipocritam porque um governo deste calibre só tem moralidade para uso externo. E quero chamar a atenção para as represálias e violências, que com toda a probalidade vão sofrer os réus que aqui tiveram a coragem de denunciar os processos da P. I. D. E.: - novas torturas, espancamentos, períodos de segredo e castigo, perseguições familiares, tudo isso e muito mais está nas tradições dessa agência do cismo salazarista em circunstâncias

E é este Governo de ódio, vingança e crime que em trinta e dois a exercício de poder discricionário, não esboçou o mais singelo gesto de clemência, se quer fazer passar por tolerante e cristão!

Mas nisso falhou rotundamente: o tempo gravou-lhe a visceral maldade na máscara fisionómica do seu chefe, Salazar. Aí somente se lê: — orgulho satânico, rancor a toda a nobreza de sentimentos; aversão ao povo onde nasceu e que renegou, e a deferência vica pela rigueza

Dele aliás se node dizer em síntese. fissão paterna: feitor dos ricos.

APELO À CONTINUAÇÃO DA LUTA

Não não formos nós que acabámos por ser aqui julgados! Tudo que aqui se ouviu e ficou evidenciado, representa a zarista cuia essencial ruindade reside na corrupção das consciências e no aviltamento dos valores morais! É porém, este banco dos manentemente ocupado há 38 anos a prova cabal de que os portugueses s não submetem e que neste grande cemitério sob a lua a podridão não destruiu as mais puras fontes da vida nacional, aquelas que precisamente garantem o renascimento da Liberdade em Portugal

Deste lugar, por excelência o refúgio da honra em Portugal, eu creio ter adquirido o direito de novamente significar aos portugueses que os caminhos do futuro, os caminhos da reabilitação, exigem, com angustiosa precedência a remoção do obstáculo, por si degradante que é o fascismo de Salazar

Todos os problemas que afligem a Nação, quer sejam os do Ultramar ou os educativos ou de reestruturação social. ente, os de Direito e, Morali dade Pública, todos sem excepção, só poderão encontrar o princípio da solução com o desaparecimento deste nefasto governo e do iníquo regime político que ele consubstancia

Não entender assim é não compreender nem sentir Portugal em si próprio e como parcela do mundo contemporâneo. Ao abandonar esta barra o meu mais ferveroso voto, o meu apelo, é que, quanto antes, outros triunfem onde nós fomos vencidos pela salvação da nossa Pátria bem amada

UMA REVOLTA MILITAR E CIVIL

O levantamento de Beia de 1 de Janeiro de 1962 constituiu a última grande tentativa de revolta armada contra o fascismo antes do 25 de Abril.

A movimentação de massas que foi a campanha eleitoral do General seu epílogo burlesco, dissiparam ilusões eleitorais em Humberto Delgado e o largos sectores democráticos. O levantamento armado mostrou-se como a única via possível para destruir um regime político que só se mantinha no poder por da violência institucionalizada. meio

O início da guerra em África, constituiu um novo factor no xadrez político nacional, bem como um acontecimento que veio influir de maneira decisiva em certos sectores militares, pondo a nu a verdadeira natureza antipatriótica do governo fascista -a ocupação de Goa.

Logo a seguir à campanha de Humberto Delgado, seguiu-se um período de grande agitação social, que teve várias frentes guentes como o 1.º de Maio de 1962

O golpe de Beja surge pois num momento histórico que o irá tornar uma da vas de levantamento mais importante e significativa da história da resis-

Não se tratou de uma revolta puramente militar: centenas de civis participaram directa ou indirectamente na preparação e execução do golpe.

Sobre o desenrolar da operação, muita coisa já se escreveu nos últimos tempos. Nem é esse o nosso objectivo neste momento, mas tão son em efeméride importante na luta do nosso povo.

Por deficiente ligação entre os militares no interior de Infantaria n.º 13 e os re-ucionários civis no exterior, vindos de várias partes do país, a operação redundou num malogro. Quando tentava deter o Major Calapez, foi gravemente ferido o Capitão Varela Gomes.

No exterior, foram mortos a tiro os revolucionários civis David de Abreu e António Vilar. O Subsecretário de Estado do Exército foi morto acidentalme A repressão pão se fez esperar. Mais de setenta antifascistas foram presos em várias partes do País, e muitos outros tiveram de escolher o caminho do ex

Considerada criminosa, os implicados na intentona foram submetidos a ados interrogatórios e a pesadas penas de pr são

Hoie, treze anos depois, podem avaliar o contributo que os antifascistas de Beja deram para o derrubamento da ditadura.

O 25 de Abril de 1974 veio coroar esse longo rol de sublevações militares (e

não só) que desde Fevereiro de 1927 responderam à tentativa de neutralizar o espírito democrático nas Forças Armadas.